



MUSEU REGIONAL DE ARQUEOLOGIA DE D. DIOGO DE SOUSA – BRAGA

Passado, presente e futuro de um Museu centenário (1918-2018)

Isabel Silva

Uma singela homenagem a Manuela Delgado, em nome de toda a equipa do Museu.

1. Origem e criação do Museu.

Em Portugal, o início do século XX ficou marcado pela criação de várias instituições culturais, nomeadamente vários museus de âmbito nacional e regional, cuja formalização da respetiva existência legal foi antecedida de um largo movimento de opinião, que atravessou alguns séculos, até se materializar num projeto concreto de natureza patrimonial. O mesmo aconteceu, em Braga, com o Museu de D. Diogo de Sousa, também ele criado nessa mesma época.

Por essa razão, ao organizarmos a atual exposição permanente do Museu, tomámos a figura do Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa (1505-1532), como a referência inicial, mais marcante, para a origem deste projeto museológico. A esta importante personagem da história da nossa cidade, entre outras intervenções notáveis, se deveu a recolha e organização do conjunto de miliários romanos, que ainda hoje integram a coleção do museu, e até então estavam dispersos, e em risco de desaparecimento.



Mapa de Braunio (1594) – pormenor dos miliários romanos.

Não obstante o papel crucial de D. Diogo de Sousa, na salvaguarda dos bens de interesse patrimonial, a verdade é que a sua época ficou marcada pelas primeiras manifestações de sensibilidade e reconhecimento da importância da presença de vestígios de épocas remotas de ocupação da urbe bracarense.

Não podemos esquecer que a cidade estava rodeada de Castros, ou povoados fortificados da Idade do Ferro, como o Monte Redondo, Santa Marta das Cortiças e o Castro Máximo, para além de serem perceptíveis vestígios da própria cidade romana de *Bracara Augusta*.

Estas preocupações, com a preservação da memória antiga de Braga, transparecem, dois séculos mais tarde, da ação de outros ilustres personagens, como o Arcebispo D. Rodrigo Moura Teles (1704-1728), ou Jerónimo Contador de Argote, ambos do período setecentista.

No séc XIX a recomendação da criação de um museu para a cidade consta da documentação das sessões da Câmara Municipal, e chegou mesmo a existir um museu particular, da iniciativa de Albano Belino, que face à inexistência de apoios oficiais, não subsistiu, sendo o respetivo acervo entregue à Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.



Museu particular de Albano Belino (1899).

Em suma, a criação do Museu de D. Diogo de Sousa, em 1918, nos primórdios da República, assentou num amplo e continuado movimento da sociedade civil, que encontrou, numa elite letrada e culta, o seu incondicional apoio.

A expressão deste movimento empenhado de algumas personalidades da sociedade bracarense, não só antecedeu a criação do Museu, em 1918, como veio a verificar-se, mais de meio século mais tarde, quando da sua revitalização, então já como Museu de Arqueologia. Podemos pois afirmar, que um dos sinais porventura mais marcantes da história do Museu, se prende com a sua estreita ligação à sociedade, que

imbuída de um ideal de valorização da sua identidade e preservação da memória, sempre defendeu a existência de um museu, e a sua atuação, em prol da valorização dos bens patrimoniais.

Assim, e mais concretamente, o Museu de D. Diogo de Sousa, foi criado em 1918, como um museu de arqueologia e arte geral, tendo então ficado a cargo da Câmara Municipal. A sua instalação teve lugar no Paço arquiépiscopal, nas imediações da Sé de Braga, tendo como recursos humanos próprios, um diretor e um guarda.



Exterior das antigas instalações do Museu (1929).



Interior das antigas instalações do Museu (1954).

Se a exiguidade do seu quadro de pessoal deixava antever dificuldades no seu funcionamento, a alternância no tempo, entre o diretor e o guarda, tornou a situação insustentável, a ponto de se tornar inevitável o seu encerramento.

Na década de setenta, do século XX, a instalação dos serviços centrais da Universidade do Minho, no referido Paço, conduziu ao encerramento do museu e ao dismantelamento da sua exposição, e conseqüente armazenamento da coleção, em várias reservas espalhadas pela cidade.

Neste período conturbado da existência do Museu, importa relevar o papel desempenhado pelo seu último conservador, José João Rigaud de Sousa, a quem se ficou a dever a execução do inventário integral do acervo, e a salvaguarda dos bens, até então à guarda do Museu. Graças a esta atitude zelosa e ao seu brio profissional foi possível, cerca de meio século mais tarde, revitalizar o Museu e reintegrar a primitiva coleção, em museus da especialidade, de acordo com a tipologia dos respetivos bens.

2. A revitalização do Museu (1980).

Em finais da década de setenta, do século XX, a cidade de Braga assistiu a um movimento de expansão urbana para a zona da designada Colina do Alto da Cidade, que justamente corresponde ao coração da cidade romana de *Bracara Augusta*. Desta forma, as obras de urbanização desta zona puseram a descoberto vários indícios da ocupação antiga da cidade. Face a estas descobertas, elementos da Universidade do Minho e da sociedade civil, organizados através da Comissão de Defesa e Estudo do Património (CODEP), desenvolveram um amplo movimento de sensibilização para a necessidade de defesa dos testemunhos patrimoniais da ocupação romana da cidade, que culminou na criação do Campo Arqueológico de Braga. Esta entidade, dirigida por Francisco Alves, teve uma ação notável e decisiva, não só para a salvaguarda da memória da cidade, como também no território em torno de Braga. Graças a uma metodologia de investigação arqueológica integrada, e com recurso à investigação científica, foram então lançadas as bases do que hoje consideramos como a arqueologia urbana.



Brochura do Campo Arqueológico (1976-80).

Perante os resultados decorrentes da intervenção de salvaguarda, valorização e divulgação promovidos pela equipa do Campo Arqueológico, a ideia da revitalização do antigo Museu de D. Diogo de Sousa nasceu como que naturalmente. Impunha-se então institucionalizar a atuação concertada e multidisciplinar ao nível da intervenção na área do património arqueológico.

Assim, em 1980, foi criado o Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa, dependente da administração central do Estado e que, de acordo com a sua própria Lei orgânica, foi dotado de atribuições nos domínios do apoio à investigação científica, da conservação e restauro de bens arqueológicos, da organização documental, e da divulgação, dos bens patrimoniais à sua guarda. O respetivo quadro de pessoal, constituído por vinte e quatro pessoas, integrou os elementos do antigo Campo Arqueológico.

A revitalização do Museu caracterizou-se por um conjunto de factores determinantes para o seu subsequente desenvolvimento, e para a consolidação da missão conferida pela própria Lei orgânica.

Vejamos pois, ainda que sumariamente, os aspetos mais relevantes do enquadramento desta fase da história do Museu.

A mudança de natureza do Museu, de arqueologia e arte geral, para um museu só de arqueologia traduziu o reconhecimento da especificidade da investigação arqueológica, o que conferiu à atividade do museu um caráter eminentemente técnico, que na época, não era comum nos museus. Se nos reportarmos a este período, vemos que na generalidade, os museus eram entendidos como entidades meramente expositivas. Em Portugal, nessa altura, e no que respeitava a museus de arqueologia, apenas o Museu Monográfico de Conímbriga era dotado de uma equipa pluridisciplinar, com atribuições no estudo, na conservação e divulgação do património arqueológico, no caso concreto, do respetivo sítio arqueológico. O Museu Nacional de Arqueologia exercia a sua atividade nas áreas do estudo e divulgação, não dispondo de técnicos habilitados para intervir na preservação e restauro das coleções à sua guarda.

Um segundo aspeto, muito intimamente relacionado com o anterior, deveu-se ao facto da direção do museu ter sido atribuída a uma comissão instaladora, que integrava duas personalidades de vulto, no âmbito da arqueologia nacional, nomeadamente Adília Alarcão e Manuela Delgado, ambas com uma vasta experiência profissional neste domínio específico, e com ligações ao estudo, e a equipas europeias associadas a relevantes projetos de investigação arqueológica. A estas duas eminentes investigadoras, o museu ficou a dever a visão marcadamente técnica e alargada do que se entendeu como a sua principal missão. Por isso, se privilegiou o apoio à investigação, através do estudo dos artefactos arqueológicos, a preservação e restauro desses achados, e a dinamização dos sítios arqueológicos, já então conhecidos e integrados na malha urbana de Braga.

Em estreita articulação com os dois anteriores aspetos, e tal como já referimos, o museu integrou as pessoas que tinham participado no Campo Arqueológico de Braga, ou seja, que detinham um conhecimento prático e concreto da atividade arqueológica, e que partindo dessa base, prosseguiram as respetivas formações específicas, em domínios complementares, entre si, a que já

aludimos. Esta equipa constitui o pilar, porventura mais sólido e marcante, do que é hoje o museu. A capacidade de resiliência de quem tinha enfrentado circunstâncias adversas, ao longo de anos de atividade no Campo Arqueológico, e a dedicação a um projeto que entendiam como seu, na medida em que tinham contribuído para trazer à luz, as edificações romanas e os respetivos achados, marcaram definitivamente a forma de atuação do museu.

Nessa mesma altura, em Braga, e paralelamente à revitalização do museu, os Serviços Regionais de Arqueologia e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho trouxeram novas perspetivas de trabalho, quer no respeitante à investigação e salvamento arqueológico, na cidade propriamente dita, quer quanto à atuação na região norte de Portugal. Ou seja, pela primeira vez, desenvolveu-se uma atuação concertada e complementar, no território a norte do rio Douro, o que trouxe incontestáveis benefícios, para a afirmação da arqueologia, enquanto elemento ordenador do território, e factor de desenvolvimento sócio-económico. Nestas circunstâncias, o museu lançou as bases de uma estratégia, em parceria, com múltiplas instituições no âmbito da salvaguarda e valorização do património, que ao longo do tempo ampliou, e ainda hoje mantêm. Se hoje, esta ideia do trabalho em rede nos parece familiar, na altura, não era comum, e poucas instituições dispunham de condições para o fazer.

O aspeto mais relevante para a afirmação do museu como parceiro privilegiado para as questões de intervenção no património, adveio do facto de o museu dispor, desde a sua revitalização, de um laboratório de conservação e restauro de bens arqueológicos. Os técnicos, que tinham conhecimentos práticos no domínio de trabalho de campo, especializaram-se, no Museu de Conímbriga, e posteriormente, completaram os seus estudos universitários. Ao fazê-lo dotaram o museu de capacidade de acompanhamento de projetos de valorização de sítios, e de conservação e restauro de muitas coleções, espalhadas por museus e entidades patrimoniais na região e, mesmo, no país. Este apoio técnico abrangiu igualmente outras áreas específicas da investigação arqueológica, como o desenho, a fotografia e o inventário.

Finalmente, uma última consideração, aparentemente contraditória e dissonante, mas que contribuiu para a afirmação da capacidade técnica da atividade do museu, e que se prendeu com o facto do museu não ter tido instalações próprias, até inícios do século XXI. Ironicamente, e contrariando o que acontecia com a generalidade dos museus, em que todos os recursos humanos eram canalizados para o acompanhamento de públicos, no nosso caso, a formação técnica especializada foi prática recorrente.

Na verdade, e em jeito de balanço, podemos hoje constatar que a inexistência de instalações próprias, e de um contacto permanente do museu com a comunidade, nos permitiu consolidar a vertente de atuação técnica qualificada, que veio a diferenciar a missão e desempenho deste museu.

3. As instalações próprias e o roteiro de sítios arqueológicos em torno do Museu.

O projeto de arquitetura das atuais instalações do museu foi desenvolvido em meados da década de oitenta, do século XX, e construído entre finais de 1990 e 2007, ano em que o museu abriu definitivamente ao público.

Este longo lapso de tempo, que decorreu entre a sua conceção e a total entrada em funcionamento, ficou a dever-se ao facto de, na época, se ter tratado do único museu construído de raiz, no âmbito da administração central, fora da capital do país.

Grosso modo, o programa construtivo do museu procurou cruzar e sintetizar elementos da história do lugar, e responder às exigências complexas da sua natureza programática, que como vimos anteriormente, se caracterizava por uma significativa componente de atuação técnica específica. No que respeita à essência do lugar, encontramos uma forte conexão entre os eixos que compõem o museu e o *cardo* e *decumanus* de *Bracara Augusta*.



Aspecto exterior das instalações actuais do Museu (fachada).



Aspecto exterior das instalações actuais do Museu (jardim).



Aspecto exterior das instalações actuais do Museu (jardim – miliários).

Da configuração final da obra, podemos salientar três aspetos determinantes.

O primeiro, que respeita à relação com a envolvente urbana, relativamente à qual o museu se afirma como um conjunto de volumes discretamente perceptíveis, por detrás de um muro expressivo, que reforça o alinhamento da rua, e se constitui como um plano monumental, que o revestimento em granito, reafirma. Em estreita articulação com este muro, a praça de entrada no museu, que criou um novo espaço público, de acesso livre.

O segundo aspeto, diz respeito à volumetria, geometricamente simples, que articula a área de público, a zona de lazer e os serviços técnicos.

O terceiro factor prende-se com a configuração interior, em que todos os espaços foram articulados, por forma a garantir uma clara funcionalidade, e a independência de zonas diferentes, particularmente no que respeita a zonas de acesso público e de serviços.

Em suma, o edifício do museu desenvolve-se em torno de três corpos construtivos, nomeadamente, a área de público que integra a receção, salas de exposições permanentes e temporária, um auditório, loja, serviços educativos e uma biblioteca de acesso livre.

Uma segunda edificação que congrega todos os serviços técnicos, nomeadamente, laboratório de conservação e restauro, estúdio de fotografia, serviços de inventário, desenho técnico e oficinas, e em cuja cave se albergam os vestígios de uma edificação da época romana, conservada *“in situ,”* *espaço este também visitável, através do jardim.*



Laboratório de restauro.

Finalmente, a articular os dois blocos construtivos mencionados, um terceiro corpo, mais baixo, que alberga a cafetaria e a zona de lazer adjacente.

Todo o edifício é rodeado de um jardim, de acesso livre, sendo que no seu subsolo estão preservadas as ruínas de edificações da época romana.



9. Exposição permanente do Museu – Sala 1.



10. Exposição permanente do Museu – Sala 2.



13. Espaço-cripta com ruína arqueológica “in situ”



11. Exposição permanente do Museu – Sala 3.



12. Exposição permanente do Museu – Sala 4.

Importa ainda referir, que a implantação do imóvel, que alberga as instalações do museu, na zona da cidade onde se preservam mais vestígios da cidade romana, e como mencionámos anteriormente, corresponde ao centro de *Bracara Augusta*, resultou de uma escolha deliberada, da então Comissão Instaladora do museu. Ao fazê-lo, não só se materializou uma estreita ligação entre o museu e os sítios arqueológicos, que se localizam nas suas imediações, criando desta forma um circuito de visita em torno do museu, como se conseguiu que fosse criada uma zona de reserva arqueológica, *non aedificandi*, entre o museu e o núcleo de ruínas das termas e do teatro romano. Ou seja, a construção do museu não só qualificou a sua envolvente, como impediu novas urbanizações, e consolidou a ideia de um circuito de visita, da natureza arqueológica.

Atualmente, este roteiro patrimonial engloba os seguintes sítios visitáveis: termas e teatro, domus da escola velha da Sé, Fonte do Ídolo, para além de achados dispersos, com menor expressividade, como o da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, do Largo de S. Paulo, ou no interior de estabelecimentos comerciais, como as Frigideiras do Cantinho e a Adega Típica. Espera-se que a estes locais venha a juntar-se a Ínsula das Carvalheiras, em breve.

4. A atividade do Museu no presente.

Ao olharmos para o que caracteriza a atividade do museu hoje, julgo que para além do que é a componente específica de natureza museológica, importa referir a sua relação com a comunidade, tendo em conta a centralidade que hoje o museu ocupa na sociedade. Este último factor, comum a muitos outros museus, creio constituir uma marca diferenciadora e acrescida, relativamente à missão dos museus na atualidade.

Sob o ponto de vista da sua função estritamente museológica, a atividade do museu presentemente, consubstancia-se naquilo que poderemos designar como um núcleo de apoio técnico aos museus e às entidades de natureza patrimonial.

Mercê de uma larga experiência nos domínios de intervenção técnica especializada, o museu tem dado apoio a um número crescente de instituições públicas e privadas, que exercem a sua atividade em torno da valorização do património local e regional. Esta ação tem decorrido, quer no âmbito de uma relação direta com as organizações, quer no seio da Rede Portuguesa de Museus.

Este apoio técnico traduz-se em várias esferas de exercício institucional, ainda que a ação de preservação e valorização de sítios e coleções assumam uma particular relevância.

O número de museus e núcleos interpretativos tem vindo a aumentar, de uma maneira geral, por todo o país, na sequência do aumento significativo de roteiros de índole turística e cultural. Desta forma, a formação de técnicos, e a respetiva capacitação ao nível da intervenção específica, sobretudo com caráter preventivo, é cada vez mais importante.

A nível do apoio à investigação, o museu continua a colaborar em projetos de âmbito local e regional, ainda que esta ação nos últimos anos se centre maioritariamente naquilo que poderemos designar como uma arqueologia de salvamento.

Sob o ponto de vista da dinamização cultural, a última década ficou marcada pelo florescimento e consolidação das grandes ações de sensibilização

de rua, com objetivos claramente promocionais, e de forte pendor económico. Um pouco por todo o território nacional, é crescente o fenómeno das festas culturais e temáticas, de cariz identitário, como forma de afirmar a atratividade das cidades. A nível local, o museu é assim um parceiro privilegiado do grande evento turístico cultural, a “Braga romana”, cuja 15ª edição, se realiza este ano, em finais de maio.



Braga romana – torneio de jogos romanos de tabuleiro.

A exposição permanente do museu, que constitui uma referência para os museus e investigadores da região norte de Portugal e da Galiza, continua a aumentar, no decurso de projetos de investigação arqueológica. Face à recente doação de um acervo significativo, proveniente da bacia do mediterrâneo, datado do período clássico, é nosso anseio vir a abrir ao público esse novo pólo expositivo, ainda este ano.

Finalmente, uma breve consideração sobre a atual centralidade do museu, na comunidade, a que nos referimos no início deste tópico.

A recente crise económica europeia conduziu a uma valorização da componente identitária e consequentemente económica, dos museus e das suas coleções, em detrimento das valências técnicas, até então, consideradas como determinantes. Os países, e a uma escala diferente, as cidades procuraram nas instituições patrimoniais um fator de afirmação da respetiva atratividade turística, e um

parceiro para a promoção das sinergias existentes. Desta forma, um pouco por toda a Europa, assistimos à afirmação e exponenciação da comunicação de fatores identitários, e das potencialidades que lhe são inerentes, na ótica do desenvolvimento económico. O surgimento de pequenas empresas associadas ao turismo, e de indústrias criativas, que de diversas formas se apoiaram nos museus, espelham uma nova, e creio que irreversível, centralidade das instituições museológicas. Em consequência deste fenómeno, hoje o museu é um parceiro privilegiado das dinâmicas promocionais, e um local de acolhimento de iniciativas de índole diferenciada, muito para além dos eventos de expressão cultural.



17. Serviço educativo – oficina.

5. O Museu e os desafios do futuro.

Nas atuais circunstâncias, e partindo daquela que é hoje a nossa perceção da realidade, e pese embora a subjetividade desta análise, diria que o museu está confrontado com quatro grandes desafios, nomeadamente: a não renovação dos seus quadros técnicos, a requalificação da comunicação e a adaptação ao mundo digital, a eventual mudança de enquadramento administrativo e o seu papel na sociedade.

O problema maior, julgo que reside na ausência de uma estratégia global para o património nacional, e inerentemente para os museus. A falta de uma política concertada para a manutenção e requalificação dos equipamentos patrimoniais, numa época em que mais do que nunca, os museus e monumentos são um factor de sustentabilidade do turismo, e um motor da economia, já está a causar grandes constrangimentos ao correto e desejável funcionamento das instituições. A manutenção dos imóveis, na generalidade de interesse histórico, não está a ser assegurada regularmente, o que encarece, e torna cada vez mais onerosas e inacessíveis, as intervenções de fundo.

Os recursos humanos não só escasseiam, como não se renovaram, de há cerca de quatro décadas a esta parte. Nos casos em que foram integrados novos agentes, em funções vitais para os museus, esses

funcionários vivem situações de precariedade salarial, contratual, e de não reconhecimento de mérito.

Face a esta situação, as perguntas que fazemos a nós próprios, cada vez com maior veemência são as seguintes:

- como poderão, no futuro, os museus assegurar funções tão específicas como aquelas que respeitam à preservação de bens à sua guarda, sem que haja uma transição de competências, que se adquirem na prática quotidiana?

- não sendo a valorização patrimonial enquadrada em instituições estatais, e sendo os custos da contratação externa de tais serviços muito dispendiosa, deixamos de proceder à sua recuperação?

São reflexões para as quais não temos resposta, e que não vemos interesse, por parte de quem de direito e responsabilidade, em analisar.

Estas preocupações prendem-se com uma outra questão, que tem a ver com o enquadramento legal e administrativo das entidades patrimoniais. Não tendo o Estado capacidade de assegurar integralmente a gestão do património, que modelos de financiamento e co-responsabilidade teremos que implementar?

Num tempo em que se fala tanto em descentralização do Estado, a simples passagem para os municípios é um garante de boa gestão?

Se uma gestão de proximidade pode e deve trazer benefícios ao bem comum, certamente que teremos que implementar novas estratégias de captação de recursos, e mais ainda, não perder a noção da especificidade, e da articulação com o todo nacional e internacional.

No que à especificidade da natureza e missão dos museus diz respeito, importa não esquecer, que para além da componente de atividade mais imediatamente economicista, há que garantir o desenvolvimento do conhecimento, da inventariação, preservação e divulgação das coleções, sob pena de comprometer a sua riqueza para as futuras gerações.

Para terminar, uma reflexão, talvez mais que isso,

um anseio. O da necessidade de dotar o museu de meios de comunicação condicentes com as exigências de uma sociedade digital. A relação com os públicos requer outras abordagens, e novos recursos tecnológicos, a que temos tido dificuldade de aceder. A mera contemplação de obras de arte não deixará de ser um acto de encontro com a memória, e com cada um de nós próprios. A perceção do belo será sempre uma experiência inolvidável, mas essa vivência será tão mais enriquecedora e marcante, quanto soubermos comunicá-la em todas as suas dimensões.

Por fim, a questão que todos nos colocamos: qual o futuro deste museu no amanhã?

A resposta não é fácil, até pela nossa condição de obreiros do presente, a quem falta o distanciamento e a objetividade para uma análise isenta.

Perante esta incógnita, acerca do que será o futuro do museu, apenas nos resta formular a singeleza de um anseio.

A de que a vitalidade que hoje vivemos, mercê do empenho no que fazemos, e na satisfação com que o partilhamos, se perpetue muito para além do agora.

BIBLIOGRAFÍA

CORTEZ, Russel F. (1958): *Museu D. Diogo de Sousa: roteiro sumário, Braga*.

GUIMARÃES, Carlos; CARNEIRO, Luís Soares (2007): "Museu D. Diogo de Sousa. Projecto de arquitectura e integração urbana", *Museologia.pt, Lisboa, IPM, nº1*, p. 116-119.

GUIMARÃES, Carlos (2004): *Arquitectura e museus em Portugal. Entre a reinterpretação e obra nova*, Porto, FAUP.

FERNANDES, Isabel e OLIVEIRA, Eduardo Pires (1984): "Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa, I". *Cadernos de Arqueologia, Braga, 2ª série, nº1*, p. 109-134.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1985): "Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa II", *Cadernos de Arqueologia, Braga, 2ª série, nº2*, p. 179-194.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1986): "Documentos para a História do Museu de D. Diogo de Sousa III". *Cadernos de Arqueologia, Braga, 2ª série, nº3*, p. 171-195.

SILVA, Isabel; GUIMARÃES, Carlos (1994): "A integração arquitectónica de um mosaico no edifício do Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa – Braga", *Actas da V Conferência do Comité Internacional para a Conservação do Mosaico (ICCM) - conservação, protecção e apresentação*, Lisboa, IPM, p. 61-63.

SILVA, Isabel; GUIMARÃES, Carlos; CARNEIRO, Luís Soares (1994): "O Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa e a preservação e valorização das ruínas arqueológicas em Braga". *Bracara Augusta, Braga, vol. 45, nº97 (110)*, p. 313-318.

SILVA, Isabel (1998): "O Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa", *Arqueologia, Porto, nº24*, p. 137-145.

SILVA, Isabel; GUIMARÃES, Carlos; CARNEIRO, Luís Soares (2001): "O Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa: sua história, objectivos programáticos e respectivo projecto arquitectónico", in *Museos Arqueológicos para el siglo XXI. Colóquio*, Mérida, Asociación de Amigos del Museo Nacional de Arte Romano.

SILVA, Isabel (coord.) (2005): *Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa. Roteiro*, Lisboa, IPM.

SILVA, Isabel (2009): "Gestão de colecções e espaços museológicos no séc. XXI. O Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa – algumas considerações", *Dunas, Ovar, Câmara Municipal, nº 9*, Set.

SILVA, Raquel Henriques da (2009): "Novos museus do IMC: construção, ampliações, remodelações", *Museologia.pt, Lisboa, IMC, nº 3*, p. 59-64.



Sequência de restauro de um copo em vidro (séc. II-inícios séc. III)





Sequência de restauro de um vaso em cerâmica bracarense (60-120 d.C.)